

22 ABR 1977

ESTADO DE SÃO PAULO

Encontro define em agosto política nacional de saúde

Da sucursal de
BRASÍLIA

Um documento estabelecendo as linhas gerais de uma política nacional de saúde para o Brasil será submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Social pelo ministro Paulo de Almeida Machado, logo após a VI Conferência Nacional de Saúde e em agosto. O documento "Política Nacional de Saúde" será apresentado e discutido entre secretários estaduais, representantes de órgãos públicos e dos ministérios da área social durante a realização da conferência e, a partir dos subsídios e sugestões apresentadas pelos participantes, o Ministério da Saúde elaborará o projeto final da política.

A VI Conferência Nacional de Saúde será realizada em Brasília, 1º a 6 de agosto, sob a presidência do ministro Almeida Machado, e terá cerca de 300 participantes, representantes de secretarias estaduais e órgãos ligados à saúde, dos quais o Ministério da Saúde espera sugestões e participação na elaboração da primeira política de saúde para o Brasil. O assessor do ministro, José Carlos de Azevedo, fará a apresentação do documento inicial da política, cuja elaboração é da competência do Ministério da Saúde, segundo a lei 6.229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde.

A Política Nacional de Saúde deverá dispor sobre

as prioridades do Brasil em termos de saúde e assistência médica, orientando o funcionamento dos órgãos estaduais, federais, municipais e privados que tratam da proteção, preservação, promoção e recuperação da saúde coletiva ou individual no sentido de proporcionar melhor cobertura sanitária à população. Embora o País não tenha até agora uma definição a esse respeito, o organizador da conferência, João Yunes, garante que o documento final não vai propor nenhuma política fechada, rígida que limite a atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Saúde.

Segundo Yunes, vários aspectos dessa política de saúde do Brasil já foram definidos com medidas tomadas no atual governo, como o programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, que representa uma definição do governo em termos de assistência sanitária às populações rurais; a lei de vigilância de medicamentos, que é uma política de proteção ao consumidor; o programa de assistência psiquiátrica, que dirige esse setor da saúde para o atendimento ambulatorial dos pacientes, pondo fim às internações hospitalares de doentes mentais e outros aspectos que já começam a definir as áreas e métodos de trabalho para os órgãos de saúde que atuam no Brasil.

É pensamento dos organizadores da VI Conferência Nacional de Saúde convidar

também para participar do encontro os secretários municipais de saúde, pelo menos das capitais e principais cidades brasileiras, a fim de que o envolvimento das administrações com a problemática de saúde chegue ao nível de municípios, que mais se aproxima da comunidade, chamando os setores organizados da população a participar das ações sanitárias. Por outro lado, seria mais um grupo de pessoas com poderes de decisão a ser conscientizado pela necessidade de se fazer saúde pública no Brasil especialmente com o fortalecimento dos municípios.

Além da política nacional de saúde, integram o temário oficial da conferência uma discussão sobre os "novos diplomas legais básicos, aprovados pelo governo em matéria de saúde", quando serão mostrados aos participantes decretos e leis já aprovados e cuja implementação e execução ficará a cargo dos Estados. É o caso da lei de vigilância dos medicamentos, do programa nacional de imunizações, das normas de fluoretação das águas e outros documentos elaborados pelo Ministério da Saúde.

"Controle das grandes endemias" também será parte do temário oficial e, em sua apresentação, o Ministério da Saúde pretende esclarecer aos participantes os progressos obtidos pelo Brasil no controle e erradicação da malária, esquistossomose, mal de chagas, tuberculose, febre amarela e ou-

tras doenças nos últimos anos. "Interiorização dos serviços de saúde" será outro tema oficial da conferência a ser discutido.

Os temas oficiais terão seu texto definido com antecedência e serão enviados aos participantes da conferência pelo menos 15 dias antes de sua realização, a fim de que os secretários estaduais de Saúde e representantes de outros órgãos do setor possam discuti-lo e também propor soluções e sugestões. Além desses temas, estão planejadas conferências paralelas a serem apresentadas durante o período em que forem elaborados os relatórios sobre os temas oficiais. Os participantes serão divididos em quatro grupos, cada um deles com a missão de estudar e apresentar relatório sobre um dos temas oficiais.

Entre as conferências, já estão confirmadas: diretrizes programáticas para a saúde mental, a cargo do coordenador dessa área, Josicelli Freitas; o presidente do INAN coordenará um painel sobre a ação do Pronan; será apresentada aos participantes uma visão sobre a instituição da carreira do sanitarista no serviço público; modelo brasileiro de combate à esquistossomose será tema de outra conferência, enquanto um representante do Ministério da Previdência Social falará sobre a unificação dos serviços de assistência médica do setor, por meio do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).